



# Observatório da Oposição

4 DE MARÇO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 39

**Diretores ligados  
a Prates são  
suspeitos de  
forjar greve na  
Petrobras para  
justificar contrato  
que pode gerar  
prejuízo de R\$  
487 milhões**



**Criação do PT, Sete Brasil abre  
falência, deixando R\$ 18 bi em  
dívidas e uma série de escândalos**

**EVAIR  
DE MELO**

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

**RM**

**SENADOR ROGÉRIO MARINHO**

LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL

ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

# PRIORIDADES DA SEMANA

1

POLÍTICA

2

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

3

ECONOMIA

4

EDUCAÇÃO

5

TRABALHO E EMPREGO

## SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

**EVAIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

# 1 POLÍTICA

## Diretores ligados a Prates são suspeitos de forjar greve na Petrobras para justificar contrato que pode gerar prejuízo de R\$ 487 milhões

**William França e Sérgio Caetano tiveram celulares apreendidos em sindicância que apura possível sabotagem corporativa; TCU suspendeu contrato**

### Contextualização

- A Petrobras firmou com a Unigel em dezembro de 2023 um contrato de *tolling* de 759 milhões de reais. Segundo estimativas da petrolífera, durante os oito meses em que estiver em vigor, estima-se que o contrato causará um prejuízo de aproximadamente 487 milhões de reais para a estatal.



- O acordo de *tolling* abrange a produção, armazenamento, transporte, faturamento e serviço pós-venda de ureia e amônia nas instalações das fábricas de fertilizantes nitrogenados da Petrobras em Sergipe e na Bahia. Essas instalações foram arrendadas ao grupo Unigel desde 2019.
- O TCU suspendeu a execução do contrato após uma auditoria identificar possíveis irregularidades no processo de contratação. Destacaram-se o descumprimento das regras de governança da empresa para a validação de acordos desse montante e distorções na análise das opções de investimento para justificar o contrato de *tolling* com a Unigel.
- Paralelamente, a auditoria interna da empresa, liderada pela consultoria KPMG, está conduzindo investigações sobre as circunstâncias que influenciaram a contratação em análise.

## Análise

- Segundo [relatos divulgados pelo jornal “O Globo”](#), foram registradas três denúncias nos canais internos da empresa, alegando que os diretores William França e Sérgio Caetano, nomeados por Jean Paul Prates, exerceram pressão sobre as equipes técnicas para a aprovação do contrato.
- Diante desse cenário, a auditoria interna da Petrobras apreendeu os telefones celulares dos dois diretores mencionados e os submeteu à investigação como parte do processo em curso.
- Também foram coletados indícios de que o William França teria enviado uma mensagem pelo aplicativo Microsoft Teams sugerindo a realização de uma greve para sustentar o fechamento do contrato com a Unigel. Em outras palavras, [suspeita-se que ele tenha tramado uma greve nas unidades](#) para justificar o contrato de *tolling*.
- Este ponto foi um dos principais argumentos da Petrobras ao decidir pelo contrato, pois conforme defendido por França, a não realização do contrato de *tolling* com a Unigel resultaria em uma greve generalizada de petroleiros, afetando até mesmo a própria Petrobras, com um custo estimado em R\$ 542 milhões para a estatal.



- É relevante destacar que o despacho exarado pelo ministro Benjamin Zymler considera a justificativa fornecida para a contratação como “no mínimo estranha”.
- Resumindo, surgem evidências de uma “sabotagem corporativa” por parte dos diretores indicados por Jean Paul Prates, que firmaram um contrato altamente prejudicial para a empresa sem justificativas racionais que embasassem essa decisão. Os desdobramentos das investigações externas e internas também poderão esclarecer possíveis motivos escusos para justificar o comportamento adotado pelos diretores.

17. É no mínimo estranha a hipótese utilizada para justificar a contratação do *tolling*, aventando a possibilidade de que demissões privadas, ocorridas no âmbito do Grupo Unigel, possam desencadear movimentos grevistas no âmbito da Petrobras, **sem que haja qualquer tipo de ligação entre esses funcionários privados e a estatal**”.

[Despacho TCU, Ministro Benjamin Zymler.](#)

- Os dois diretores envolvidos, William França e Sérgio Caetano, [são pessoas de confiança do presidente da Petrobras](#), Jean Paul Prates. Sérgio Caetano foi inclusive diretor de uma das consultorias de Prates, a [Expetro Consultoria em Petróleo e Gás](#).
- O contrato com a Unigel se soma a uma série de decisões questionáveis do ponto de vista financeiro e estratégico, nos quais se inclui a recompra da Refinaria de Mataripe (antiga RLAM).
- Vendida durante a gestão de Jair Bolsonaro pelo valor de US\$ 1,8 bilhão, a refinaria agora está sob operação da Acelen, uma subsidiária da Mubadala, desde dezembro de 2021.
- A recompra pode resultar em mais dois problemas para a estatal: primeiro, a violação do [Acordo de Compromisso de Cessação \(TCC\)](#) com o Cade, destinado a promover a concorrência no setor de refino; segundo, possíveis disputas com o Tribunal de Contas da União, uma vez que será necessário explicar a recompra por um valor mais alto do que o vendido recentemente pela Petrobras.



## Criação do PT, Sete Brasil abre falência, deixando R\$ 18 bi em dívidas e uma série de escândalos

**Símbolo da corrupção petista, empresa entrou com pedido de falência na Justiça, frustrando tentativa de revisionismo histórico de Lula e seus aliados**

### Síntese

- A Petrobras lançou a Sete Brasil em 2010 para fortalecer a indústria naval nacional e apoiar a exploração de petróleo no pré-sal.
- A empresa ganhou notoriedade com a Operação Lava Jato, simbolizando os casos de corrupção envolvendo o governo do Partido dos Trabalhadores, com destaque para os dirigentes que admitiram o pagamento de propinas, incluindo Pedro Barusco, que restituiu US\$ 100 milhões no exterior.

**EVAIR** DE MELO | DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

- Em 2016, a Sete Brasil entrou em recuperação judicial com uma dívida estimada em R\$ 18 bilhões. Porém, esta semana o seu administrador solicitou a falência da firma, o que deverá interromper as negociações com a Petrobras, além de encerrar mais uma tentativa de revisionismo histórico proposto pelo Partido dos Trabalhadores.

## Análise

- Em 2010, a Petrobras lançou a Sete Brasil como parte de um plano para fortalecer a indústria naval nacional e apoiar a exploração de petróleo no pré-sal, [iniciativa similar à proposta retomada pelo atual governo](#).
- [A partir do ano de 2014](#), a empresa Sete Brasil foi alvo de investigações no âmbito da Operação Lava Jato, revelando-se como um símbolo dos casos de corrupção envolvendo o governo do Partido dos Trabalhadores.
- Os dirigentes da Sete Brasil [admitiram terem recebido vultosas quantias em propinas](#), destacando-se, entre eles, Pedro Barusco, ex-diretor tanto da Petrobras quanto da Sete, que restituiu cerca de US\$ 100 milhões mantidos em contas bancárias no exterior.



---

**Negócios**

### **Petrobras: falta de acordo com a Sete pode virar prejuízo bilionário**

Petrobras pode acabar alvo de ações de credores da Sete Brasil, empresa criada para alugar sondas de exploração do pré-sal

- A Sete Brasil acumulou uma dívida estimada em aproximadamente R\$ 18 bilhões e, em 2016, se viu compelida a requerer um processo de recuperação judicial.
- A gestão de Prates na Petrobras [ensaiou uma tentativa de auxiliar a Sete Brasil](#) em sua recuperação judicial e livrar a petrolífera da [responsabilidade perante os credores](#) da empresa de sondas.

- Nesse contexto, o Conselho de Administração da Petrobras estaria analisando um acordo com a vara responsável pela recuperação judicial da Sete Brasil, conforme [informações divulgadas pela CNN](#). Estima-se que o valor do trato ficaria em torno de US\$ 190 milhões (R\$ 910 milhões), incluindo a previsão da contratação de quatro sondas de perfuração de petróleo.
- No entanto, o acordo não avançou devido à divergência de opiniões no Conselho de Administração: os membros afiliados ao governo e à diretoria da estatal apoiaram o trato, enquanto os acionistas minoritários se opuseram
- O administrador da Sete Brasil, Gustavo Banho Licks, [solicitou a falência da empresa à Justiça esta semana](#). A decisão deverá frustrar as negociações com a Petrobras e por fim a mais uma tentativa de revisionismo histórico por parte do Partido dos Trabalhadores, considerando que a Sete Brasil [é um dos maiores fracassos da política industrial brasileira](#) e um dos grandes símbolos da corrupção sistêmica introduzida pelo PT nas estatais brasileiras.



# Sem transparência, Lula usa Petrobras para injetar R\$ 250 milhões em projetos via Lei Rouanet

**Manobra permite deixar recursos à margem do Orçamento; controle precário de gastos aumenta risco de desvios e favorecimentos vistos em gestões anteriores do PT**

## Síntese

- Lançamento de edital de financiamento cultural pela Petrobras e Ministério da Cultura com aporte de R\$ 250 milhões, visando à promoção da cultura em todo o país.
- Em gestões petistas anteriores foram identificados indícios de favorecimento político a entidades ligadas ao Partido dos Trabalhadores e aliados, o que levanta questionamentos sobre o direcionamento de recursos para patrocínios.
- Além disso, diversas auditorias revelam falhas na gestão de recursos destinados a patrocínios culturais e esportivos pela Petrobras, apontando falta de transparência, ausência de avaliação de retornos e desalinhamento entre estratégia corporativa das estatais e objetivos do governo.

LEI DE  
INCENTIVO  
À CULTURA

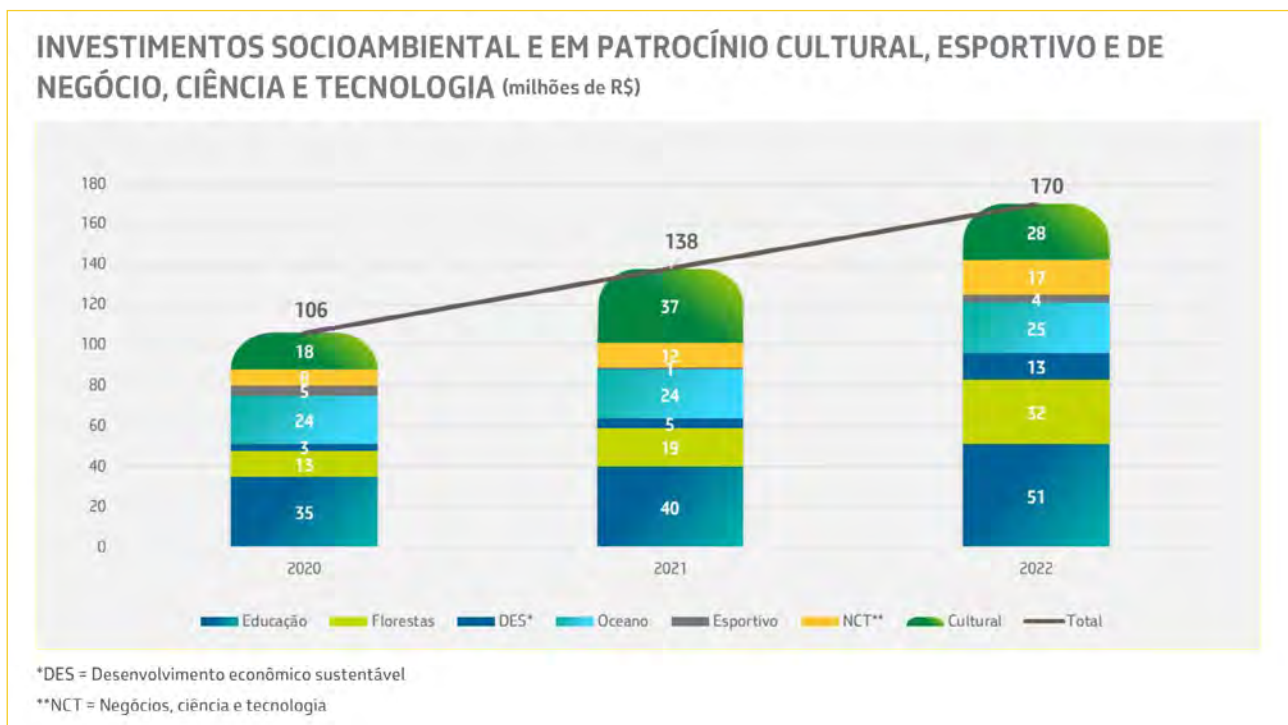


## Contextualização

- [A Petrobras e o Ministério da Cultura anunciaram um edital de financiamento cultural com um aporte histórico de R\\$ 250 milhões](#), utilizando incentivos fiscais das Leis Rouanet e do Audiovisual.
- O lançamento ocorreu no Museu de Arte Moderna (MAM), no Rio de Janeiro, com a presença do presidente Lula, que enfatizou um pretenso retorno do investimento da Petrobras em projetos culturais.
- O objetivo do edital é promover a disseminação da cultura em todo o país, com investimentos regionais e a promoção da diversidade de temas, realizadores e públicos.

## Análise

- Nos últimos anos, a Petrobras aumentou seus investimentos e patrocínios em projetos ligados à educação e à preservação florestal, conforme ilustrado na figura abaixo. Contudo, diante dos R\$ 28 milhões alocados em 2022 e dos R\$ 37 milhões destinados a iniciativas culturais em 2021, não se pode afirmar que a estatal se absteve de investir nesse setor, contradizendo a declaração do atual presidente.



Fonte: [Relatório de Sustentabilidade 2022](#).

- A intensificação dos patrocínios pela Petrobras acende alerta quanto aos potenciais riscos inerentes à má utilização dos fundos vinculados a essa finalidade, tal como aconteceu em gestões petistas anteriores. Nesse ínterim, a revisão dos erros do passado pode se mostrar uma estratégia bem-sucedida para prevenir sua recorrência.
- Diversas auditorias e investigações foram implementadas para avaliar os convênios e patrocínios estabelecidos pela Petrobras em governos do PT, os quais apresentaram indícios de irregularidades e malversação dos recursos públicos.
- Em 2009, foi instalada [Comissão Parlamentar de Inquérito \(CPI\)](#), que tinha por objetivo apurar irregularidades na PETROBRAS e na ANP. Dentre outros aspectos, a CPI investigou problemas na contratação e indícios de favorecimento em verbas de patrocínio da petrolífera.
- Na mesma linha, os acórdãos proferidos pelo Tribunal de Contas da União sobre o tema destacam a falta de avaliação no resultado de patrocínios para a Petrobras, a ausência de prestação de contas e a falta de transparência do portfólio de projetos patrocinados.

## Irregularidades e indícios de favorecimento político

- A [CPI da Petrobras em 2009](#) investigou uma série de denúncias sobre irregularidades na condução dos patrocínios culturais pela estatal.
- Dentre outros aspectos, a CPI buscou elucidar denúncia de favorecimento de prefeituras ligadas ao PT, as quais estariam sendo beneficiadas com patrocínios para [festas juninas e outros eventos culturais](#), em detrimento das prefeituras chefiadas pelos demais partidos.
- De fato, os números apresentados pela Petrobras para o patrocínio do São João no Nordeste mostram que entre 2005 e 2009, as prefeituras do PT foram as mais favorecidas pelos recursos da petrolífera ([Relatório da CPI da Petrobras de 2009, página 216](#)), não obstante o favorecimento de prefeituras de outros partidos em menos número.

## Favorecimento indevido de entidades ligadas ao Partido dos Trabalhadores

- Outro ponto questionável é o favorecimento de entidades politicamente rela-

cionadas ao Partido dos Trabalhadores. São exemplos dessa prática o patrocínio de festas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 2003 ([Acórdão nº 1962/2004-TCU-Segunda Câmara](#)) e da Conferência Nacional Água e Terra, evento ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 2004 ([Acórdão nº 447/2008 - Plenário](#)).

- O somatório dessas iniciativas levou o TCU a pressionar a estatal por maior transparência e rigor na aplicação dos recursos, com destaque para os [Acórdãos de nº 2575/2012 - TCU - Plenário](#) e [nº 4019/2021 - Primeira Câmara](#).

“

58. No que tange aos convênios firmados pela empresa com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos anos de 2004 a 2007, onde foram **identificadas irregularidades referentes à ausência, nos respectivos planos de trabalho, de detalhamento dos custos envolvidos, impossibilitando a aferição da compatibilidade entre o valor transferido e as atividades efetivamente desenvolvidas pela entidade executora e, ainda, a constatação de fragilidade dos procedimentos adotados pela Companhia para fiscalização da execução dos respectivos objetos e análise das prestações de contas**, a Petrobras, a despeito das irregularidades descritas, formalmente aprovou, por intermédio de sua Gerência de Responsabilidade Social, as respectivas prestações de contas”.

“64. Duas situações que me causam estranheza foram relatadas pela unidade técnica na instrução em relação aos convênios/contratos firmados com a CUT/ADS. A primeira, já mencionada acima, diz respeito **a não aferição da boa e regular aplicação de recursos repassados pela Petrobras para terceiros por intermédio dos denominados contratos de patrocínio**”.

[Acórdão nº 2575/2012 - TCU - Plenário.](#)

- Dentre as entidades beneficiadas constam a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT), o Instituto Nacional de Formação e Assessoria Sindical da Agricultura Familiar (Ifas), a Cooperativa de Profissionais em Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental (Colméia) e a Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária (Ecosol).

- Em que pese as críticas contundentes de parlamentares e da corte de contas, [a Central Única dos Trabalhadores \(CUT\) manteve-se agraciada pelos patrocínios da Petrobras](#). Outras centrais sindicais também foram favorecidas, notadamente, a Força Sindical e a União Geral dos Trabalhadores (UGT) para as celebrações do Dia do Trabalhador em 1º de Maio.

## Deficiência na avaliação dos resultados oferecidos pelos convênios e patrocínios

- As auditorias do TCU apontam para uma carência significativa de avaliação do retorno desses patrocínios, avaliando a questão da prestação de contas efetiva e a ausência de demonstração de resultados concretos para a empresa e a sociedade, tal como explicitado no [Acórdão 2914/2015 - TCU - Plenário](#).



9.2. determinar à Petrobras, exceto nos contratos exclusivos de divulgação de marca, que:

9.2.1. **vincule os recursos transferidos em seus patrocínios ao objeto pactuado no Contrato ou Convênio a ser firmado com a entidade interessada;**

9.2.2. os recursos destinados aos patrocínios, incentivados ou não incentivados, devem ser depositados em contas específicas e devem ser utilizados **somente no objeto pactuado;**

9.2.3. oriente aos patrocinados que mantenham sob sua **guarda documentação que comprove os gastos realizados**, como extrato de conta vinculada, recibos, notas fiscais, dentre outros, de modo a evidenciar essas despesas ao objeto pactuado;

9.2.4. **realize acompanhamento e exame de contas de contratos de patrocínio selecionados**, com base em critérios de relevância, risco e materialidade, informando ao TCU os resultados dessas fiscalizações, na prestação de contas ordinária da Companhia”.

[Acórdão 2914/2015 - TCU - Plenário](#)

- Por fim, cabe salientar também a falta de transparência no portfólio de projetos patrocinados, que é também uma questão a ser equacionada. A insuficiência de dados sobre o tema dificulta a análise detalhada de como os recursos estão sendo utilizados e com qual objetivo.
- A título ilustrativo, consultamos a [página da Petrobras](#) que pretensamente ofereceria transparência das despesas com convênios e patrocínios. No entanto, estão disponíveis apenas os dados referentes ao [mês de fevereiro de 2024](#), não havendo possibilidade de consultar dados anteriores, pois o [hiperlink remete à página sem o conteúdo esperado](#).
- Entendemos que a organização dessas informações é fulcral, pois a empresa [patrocina cerca de 5222 projetos por ano](#), o que oferece uma dimensão da atuação da empresa e dos desafios em relação à transparência e à prestação de contas.

**2****INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

## Nova Indústria Brasil é crônica de uma tragédia anunciada

**Repetindo antigos erros, pacote de medidas para aditivar o setor produtivo é alvo de críticas até entre economistas alinhados ao governo; impactos fiscais subestimados e falta de metas estão entre os principais problemas**

O plano para construir a Nova Indústria Brasil (NIB) foi criticado por economistas de todas as linhas ideológicas. Os defensores do plano afirmam, corretamente, que a NIB ainda precisa de detalhamento e as metas devem ser esclarecidas - fato admitido pelo próprio presidente.

Economistas mais críticos ao plano destacaram que a experiência ruim com políticas industriais no país não foi considerada na NIB, além de se ter ignorado que a governança proposta incentiva a captura da política pelo setor industrial. Por fim, fica claro que os impactos fiscais estão subestimados, o que dificulta até mesmo uma avaliação simples de custo e benefício.



Esta nota **analisa alguns argumentos dados pelo governo para defender a NIB**. Entende-se que a política tem tudo para repetir erros do passado, com políticas sabidamente distorcidas e ineficientes.

### Argumento do Governo 1:

#### **O FMI teria uma publicação mostrando que os países ricos estão engajados em política industrial, como é proposto na NIB**

O FMI realmente publicou, como *working paper* (“[O Retorno da Política Industrial em Dados](#)”, em tradução livre), uma base de dados que categoriza políticas industriais dos países e discute essas políticas.

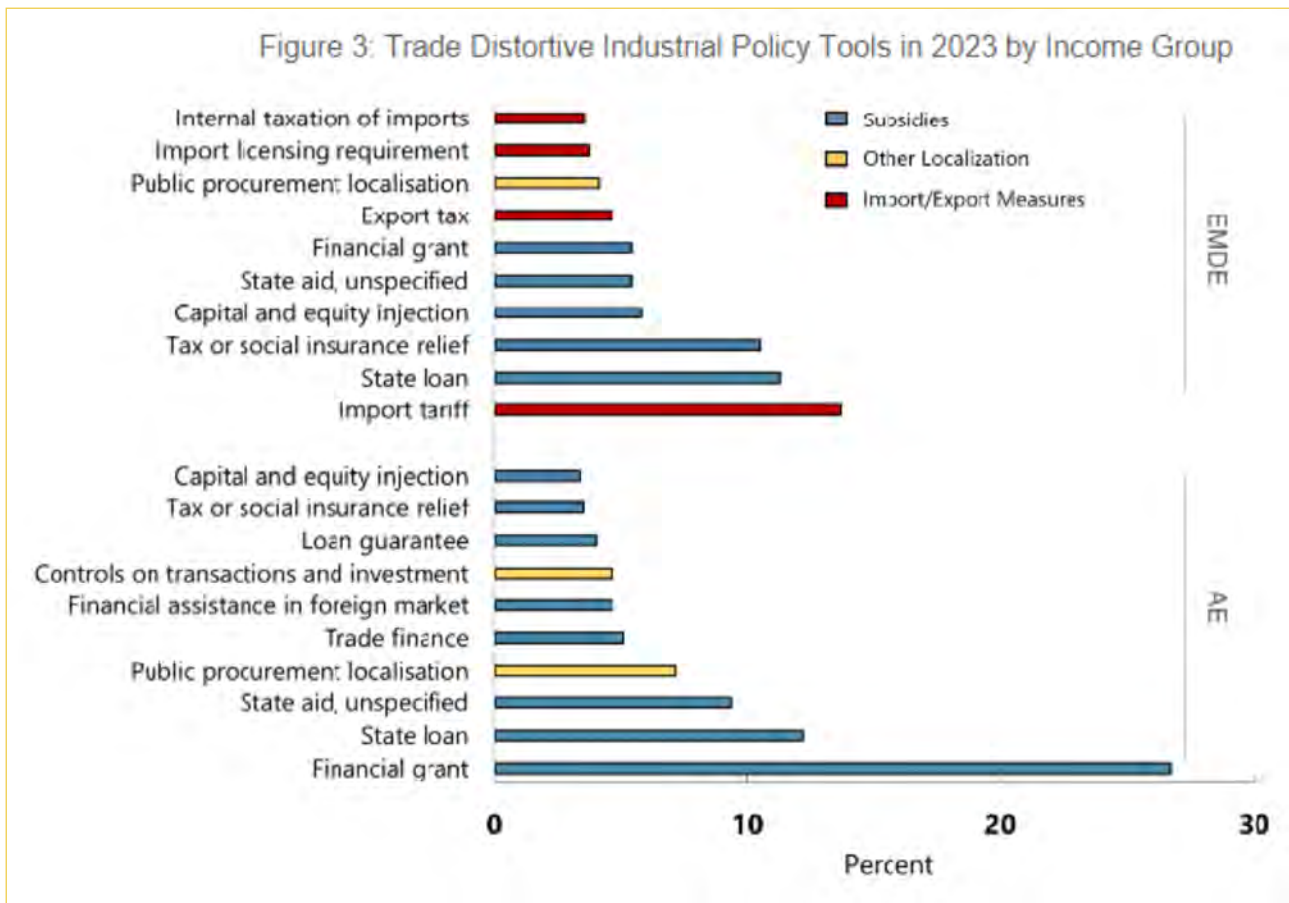
**De acordo com o texto, é verdade que o número de políticas industriais aumentou.** No entanto, existem diversos *tipos* de política industrial. EUA, Europa e China concentram 47,7% das políticas observadas, mas **elas tendem a ser diferentes do que se propõe para o Brasil na NIB.**

Os países ricos e em desenvolvimento engajam em diferentes tipos de política. Os países desenvolvidos focam mais em empréstimos e subsídios diretos, compras públicas e empréstimos estatais. Países em desenvolvimento tendem a usar mais políticas comerciais (imposto de importação, preferência para produtos nacionais, limitações para exportações), empréstimos estatais, subsídios diretos e isenção fiscal.

O ponto é que países ricos tendem a focar mais no comércio, no acesso a mercados e na competição externa. Eles também tendem a focar mais em setores já estabelecidos, sobretudo com incentivos à exportação. A tentativa de criar setores “do zero” é bem menos comum.

Nesse sentido, os esforços para tornar a produção nacional mais densa com a adoção de conteúdo local ou criar setores “do zero” não são recomendadas pelo texto, como o governo dá a entender. Veja abaixo a categorização das políticas pela publicação:





**Fonte:** The Return of Industrial Policy in Data. EMDE: Economias em Desenvolvimento; AE: Economias desenvolvidas.

O texto também destaca que a política de industrialização por substituição de importações - modelo de industrialização brasileiro até os anos 1980 e ainda defendido no país - foi uma experiência fracassada. Nenhum dos países que o adotou obteve crescimento consistente.

- **O texto também destaca os riscos da Política Industrial:**

- Lobbies controlarem/capturarem a política para ganhos do setor (rent-seeking)

- Alocação ineficiente de recursos, ou seja, o dinheiro em outras políticas poderia ser melhor aplicado. Um exemplo seria a educação básica e profissional, que mal são citadas no plano.

- Tensões comerciais e retaliação. Fechar a economia para proteger a indústria pode fazer com que outros países façam o mesmo para o Brasil.

- **O sucesso do leste asiático mostra que políticas industriais podem ser efetivas. No entanto, a base da industrialização asiática é diferente da que se tenta aplicar na América do Sul.** As bases, de acordo com a publicação do FMI, são:

- Reformas amplas que afetam todos os setores, em vez de focalização em setores específicos;
- Competição externa dentro e fora do país e accountability da política (transparência, avaliação e correção de rumos);

### Argumento do Governo 2:

Enquanto os Estados Unidos e Europa tornaram “explícitos” seus esforços para proteger e desenvolver sua indústria, por meio de subsídios diretos, **no Brasil haveria uma “tentativa recorrente de intimidação” a esse tipo de política.**

Não há intimidação. Na verdade, o governo não aprendeu com o passado e insiste em políticas que já deram errado no país. Há uma vasta experiência de políticas que funcionaram e não funcionaram dentro e fora do Brasil.

Ainda assim, o governo anunciou que faria uma avaliação das políticas que propôs. O problema é que gastará dinheiro com políticas que já se mostraram mal-sucedidas para depois avaliá-las, o que não faz sentido dada a possibilidade de se antecipar. O que a proposta da NIB explicita é que o modelo de defesa e isolamento nacional ainda é “pop” entre os proponentes da política.

Destacamos que a literatura da área ressalta que a política industrial não precisa ter foco na manufatura, apesar de esse setor ser um caso clássico de intervenção.

### Argumento do Governo 3:

**Somos compelidos a ter política de estado de proteção comercial e a política industrial porque países ricos vêm adotando essas políticas.**

É importante esclarecer que os proponentes da NIB defendiam as políticas de proteção comercial e de política industrial muito antes do movimento recente de crescimento de políticas industriais. Nesse sentido, essas políticas só serviram de pretexto para que a ideia ganhasse força novamente.

Além disso, a experiência internacional mostra que a política tem de ser adaptada ao contexto local. Não há uma política que vá funcionar em qualquer país. O custo

de financiamento nos EUA e na Europa, por exemplo, é mais baixo que no Brasil. Nesse caso, pode ser mais efetivo buscar alternativas que trariam muito mais retorno social que o subsídio direto ou o financiamento de empresas privadas.

Não se pode esquecer que também existem *lobbies* e políticas falhas no exterior.

#### Argumento do Governo 4:

#### A indústria perdeu participação no PIB e, por isso, precisa ser resgatada.

De fato, a indústria perdeu participação no PIB nacional entre 1970 e 2022. No entanto, essa queda na participação é muito menor do que se divulga. Isso ocorre porque nos anos 1970 o preço dos produtos industriais era muito alto, o que infla a participação da indústria no PIB do passado.

Se considerarmos os preços correntes, a indústria chegou a deter 36% do PIB. Em preços constantes, ela respondia apenas por 19%. Em 2022, essa participação foi de cerca de 13%.

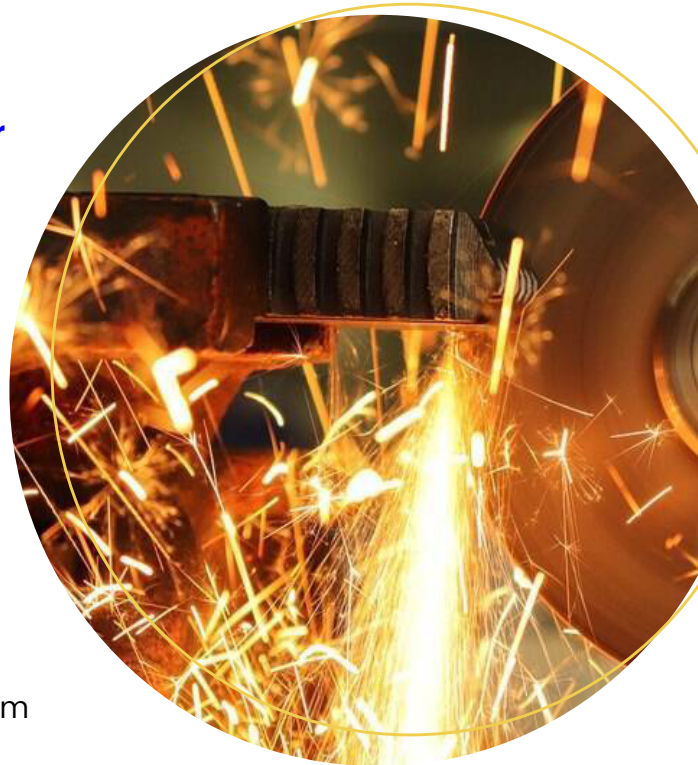
Além disso, apesar de a participação ter caído, o valor adicionado subiu. Isso revela que a participação da indústria caiu porque outros setores cresceram mais. É preocupante notar que esse fato se consolidou mesmo em um contexto de grande fechamento do país ao comércio, muitas políticas comerciais e industriais, e subsídios.

Na realidade, **o dado mais preocupante da indústria é que a produtividade do trabalhador industrial caiu. Isso ocorre porque a política industrial sempre focou em proteger os produtores improdutivos e não aumentar a produtividade das empresas.**

#### Argumento do Governo 5:

#### A política terá custos pequenos que já estão inclusos no orçamento.

O governo deixou claro que destinaria **pelo menos** R\$ 300 bilhões para a NIB. Contudo, esse valor é de desembolso e não o custo da política em si. Nesse caso, há uma falta de transparência enorme, pois não se deixou claro quanto essa política de fato impactará nas finanças públicas.



Dentre pontos que precisam ser esclarecidos destacamos: 1) o custo do subsídio implícito dos instrumentos utilizados tanto na dívida pública quanto no desembolso; 2) o custo da inadimplência; 3) os gastos tributários; 4) o gasto adicional que o governo terá com compras públicas quando aplicar a margem de preferência.

Notamos também que já estão em vigor diversos instrumentos - não avaliados - de política industrial. De acordo com o economista Marcos Mendes, 18 itens do orçamento de 2024 ligados à manufatura, só de gastos tributários, custam R\$ 41 bilhões. A Zona Franca de Manaus custará outros R\$ 32 bilhões. Isso faz com que **a proposta da NIB seja, na prática, um instrumento que, no mínimo, dobra o valor desembolsado pelas políticas industriais atualmente vigentes.** É claro que isso terá custo.



Por fim, propõe-se fazer boa parte da política **fora do orçamento.** O BNDES e outros bancos de desenvolvimento poderão emitir Letras de Crédito de forma autônoma. Uma mera resolução do CMN, conselho composto por figuras do governo, poderá elevar o teto de emissão das Letras de Crédito, que iniciará, de acordo com o PL 6.235/2023, em R\$ 10 bilhões por instituição.

#### Argumento do Governo 6:

**A política terá forte governança pelo CNDI e será monitorada para avaliação e aprendizado.**

É louvável que se pretenda avaliar e aprender com a política proposta. No entanto, há uma preocupação de que essa avaliação não seja efetiva em corrigir os rumos da política.

Afirmamos isso primeiramente porque não se aprendeu com o passado já na largada da política. Em segundo lugar, boa parte da NIB terá sua governança no CNDI (Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial). [De acordo com portaria recente](#), o conselho é composto por associações, sindicatos e confederações do setor. Todos os grupos são beneficiários diretos da política, o que enfraquece a governança pelo conflito de interesse.

Isso não significa que a participação dos setores beneficiados não seja essencial para a política. O governo precisa desse diálogo para conhecer os detalhes técnicos e tecnológicos dos setores. Na experiência asiática, por exemplo, o governo esteve próximo ao setor privado, mas conseguiu se manter distante o suficiente para colocar freios na política. É por isso que a governança deve ser muito mais sólida do que a NIB propõe.

De acordo com os estudos da área, um aspecto essencial da política é a capacidade de correção de rumos. A literatura mostra que a política industrial bem sucedida não é aquela que faz vencedores, mas aquela que consegue abandonar perdedores. De acordo com o Banco de Desenvolvimento da Ásia, esse foi um dos pontos centrais para o desenvolvimento da região.

[Para o banco](#), o pragmatismo nas políticas foi essencial. Descartar o que deu errado, aprender e corrigir o rumo é o que permitiu que o crescimento fosse consistente. Infelizmente, essas características não são encorajadas pela NIB.

# 3 ECONOMIA

## Herança do governo Bolsonaro e safra recorde salvam PIB de 2023 em meio a queda de investimentos no Brasil

**Crescimento maior veio do início do ano, ainda sob reflexos da gestão passada; ao longo do ano, país só cresceu no agro e na mineração, sem influência de ações do atual governo**

- [No dia 01/03, o IBGE divulgou o resultado do PIB de 2023.](#) O Brasil registrou crescimento de 2,9% do PIB e 2,2% do PIB per capita. O resultado se deve, sobretudo, aos resultados positivos da agropecuária (crescimento de 15,1%) e da indústria Extrativa (8,7%).



- No caso da agropecuária, o resultado se deve a uma safra excepcional de soja e milho no primeiro trimestre do ano, quando se registrou crescimento de 20,9% na comparação com o primeiro trimestre de 2022. O resultado não será repetido em 2024 devido à safra do ano.
- Indústrias de Transformação enfrentaram um declínio (-1,3%), influenciadas principalmente pela redução na fabricação de produtos químicos, máquinas e equipamentos, metalurgia e indústria automotiva. A Construção Civil também decepcionou, com queda anual de -0,5%.
- Notamos, também, que **o segundo semestre mostrou estagnação da produção nacional, com crescimento de 0%** tanto no terceiro quanto no quarto trimestre. Isso mostra que a herança do governo passado foi central para o resultado positivo de 2023.
- Pelo lado da despesa, o investimento caiu 3,0%, prejudicando a perspectiva de crescimento futuro do país. Como já mostrado em publicações anteriores, o prejuízo ao ambiente de negócios e a tentativa de reversão de reformas podem ter afetado esse resultado.
- A dependência das exportações de minérios e *commodities* do agro foi central para o resultado positivo do PIB geral. Nesse sentido, um desempenho ruim da China pode resultar em um enorme impacto na economia brasileira.
- A expectativa é que o crescimento do PIB em 2024 seja menor que 2%, mesmo com a queda dos juros básicos.



## Tentativa de Lula de intervir em empresas privadas acaba com a segurança jurídica e ameaça novos investimentos no Brasil

**Em crítica à Vale, presidente diz que empresas devem ‘seguir o pensamento do governo’; petista usa extorsão para emplacar Mantega no comando da mineradora**

### Síntese

- Lula defende que as empresas devem seguir o pensamento do governo, em contraponto às conquistas da livre iniciativa e propriedade privada advindas da Constituição Federal e normas posteriores, com destaque para a Lei de Liberdade Econômica.
- A visão do mandatário, aliada às intervenções anteriores do governo em grandes empresas nacionais, gera preocupações sobre os impactos da ideologia petista na propriedade privada.



- Especificamente sobre intervenção na Vale, Paulo Caffarelli ressurge como possível alternativa do governo após tentativas frustradas de emplacar Guido Mantega.

## Análise

- Lula defende que as empresas brasileiras devem se alinhar ao pensamento do governo brasileiro, sugerindo que a Vale, em particular, não deve se considerar superior ao país.
- A posição defendida pelo presidente implica que as empresas brasileiras devem conformar suas estratégias e decisões à agenda estabelecida pelo governo nacional, o que implica uma intervenção direta na gestão e autonomia dessas entidades, contrariando os princípios fundamentais da livre iniciativa e da propriedade privada consagrados na Constituição.
- A eventual concretização dessa postura pelo governo pode comprometer tanto a estabilidade jurídica quanto econômica do país, além de ameaçar os princípios fundamentais que regem a ordem constitucional brasileira.
- A perspectiva delineada pelo mandatário, [aliada às intervenções anteriores do governo em empresas de grande porte](#), especialmente em seus Conselhos de Administração, suscitam sérias preocupações sobre os impactos da ideologia petista na esfera da propriedade privada.
- Observamos ainda certo anacronismo na abordagem do lulopetismo, considerando que há uma clara trajetória histórica no Brasil no sentido oposto ao defendido pela atual presidência.
- Desde a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil testemunha uma evolução significativa em seu modelo econômico em sentido à liberdade. Anteriormente caracterizado por uma forte intervenção estatal, o país tem gradualmente adotado uma postura mais favorável à livre iniciativa.



A Vale não pode pensar que ela é dona do Brasil, não pode pensar que ela pode mais do que o Brasil. Então o que nós queremos é o seguinte: **empresas brasileiras precisam estar de acordo com aquilo que é o pensamento de desenvolvimento do governo brasileiro.** É isso que nós queremos”.

[Lula, em entrevista ao “É Notícia” da RedeTv.](#)

- A salvaguarda da livre iniciativa e da propriedade privada é reiterada ao longo do texto constitucional, evidenciando a importância atribuída a esses aspectos na estruturação do ordenamento jurídico brasileiro, notadamente, nos arts. 1º, 170 e 174 da Carta Magna.



Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e **tem como fundamentos:**

[...]

**IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”.**

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na **valorização do trabalho humano e na livre iniciativa**, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I – soberania nacional;

II – **propriedade privada;**

III – função social da propriedade;

IV – **livre concorrência;**

V – defesa do consumidor;

VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação da EC 42/2003)

VII – redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII – busca do pleno emprego;

IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação da EC 6/1995)

Parágrafo único. É assegurado a todos o **livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos**, salvo nos casos previstos em lei”.

Art. 174. Como **agente normativo e regulador** da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, **sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.**

[Constituição Federal de 1988.](#)

- Convém ressaltar que a positivação desses elementos se deu ao longo das últimas décadas, com destaque para a Lei de Liberdade Econômica ([Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019](#)). A Lei de Liberdade Econômica visa promover um ambiente de negócios mais dinâmico e desburocratizado, fomentando o empreendedorismo e estimulando o crescimento econômico sustentável.
- Em especial, a lei estabelece a liberdade como princípio fundamental e reserva a intervenção estatal como medida excepcional nas atividades econômicas. Em essência, prioriza-se a autonomia dos agentes privados em detrimento de qualquer excesso de regulamentação, influência política e burocracia estatal.



Art. 2º São princípios que norteiam o disposto nesta Lei:

**I - a liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas;**

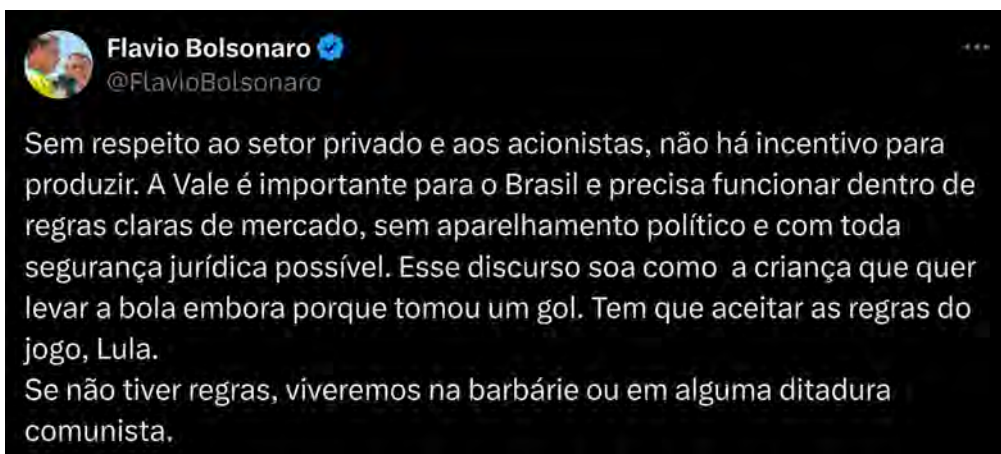
II - a boa-fé do particular perante o poder público;

**III - a intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas; e**

IV - o reconhecimento da vulnerabilidade do particular perante o Estado”.

[Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.](#)

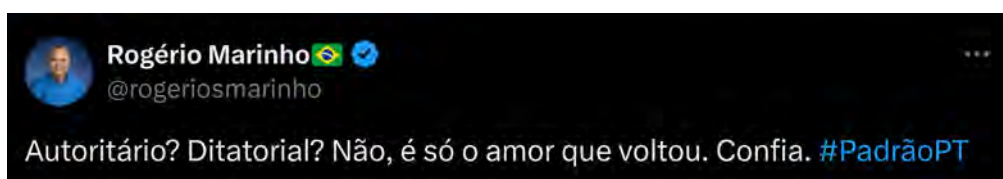
- Nesse contexto, torna-se imperativo que o governo proceda a uma revisão de sua postura em relação à intervenção na propriedade privada e livre iniciativa, tendo em vista que tal conduta configura claramente uma violação aos preceitos estabelecidos tanto no texto constitucional quanto em normativas atinentes ao tema.
- Os Senadores da Oposição também têm se pronunciado em veemente repúdio às declarações proferidas pelo Chefe do Executivo Nacional.



[Flávio Bolsonaro, senador, na plataforma X.](#)



[Sérgio Moro, senador, na plataforma X.](#)



[Rogério Marinho, senador, na plataforma X.](#)

- De acordo com [reportagem da Folha de São Paulo](#), há uma movimentação na Câmara dos Deputados para instaurar Comissão Parlamentar de Inquérito com intuito de apurar a pressão do governo na gestão da Vale.

## Sucessão na Vale

- Governo busca indicar novo presidente para a Vale, após tentativa frustrada com Guido Mantega. A nova aposta está baseada na indicação de Paulo Caffarelli, ex-presidente do Banco do Brasil e da Cielo. Atualmente, ocupa o cargo de presidente do banco digital BBC.
- Caffarelli era aliado de Aldemir Bendine, presidente do Banco do Brasil à época, que por sua vez era [próximo de Guido Mantega e Dilma Rousseff](#). Nesse contexto, foi [secretário-executivo do Ministério da Fazenda em 2014, durante a gestão de Guido Mantega](#).
- Ocupou também o cargo de [ministro interino](#) após a saída de Mantega e, durante a cerimônia de posse de Leyy, fez um [discurso enaltecendo a trajetória de Guido Mantega](#) à frente do Ministério da Fazenda, defendendo o modelo que levou o Brasil a maior crise econômica das últimas décadas.
- O nome de Caffarelli já havia sido [considerado anteriormente](#), quando das primeiras tentativas frustradas de emplacar Mantega na mineradora. Após sucessivas tentativas e resistências do Conselho de Administração da Vale à indicação de Mantega, [Caffarelli voltou a ser discutido como alternativa do governo](#) para intervir na direção da Vale.



## Despesas do governo Lula crescem o dobro da arrecadação em janeiro

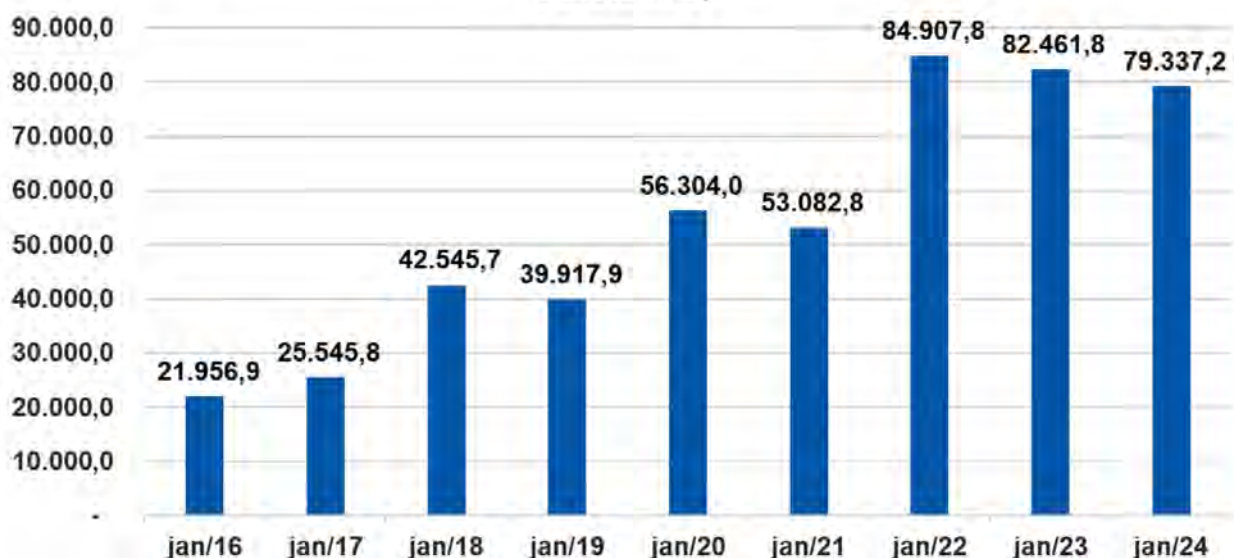
**Mesmo com aumento de impostos sobre combustíveis, arrecadação não consegue acompanhar gastos descontrolados da gestão do PT**

- O início do ano foi marcado por uma comemoração do resultado da arrecadação em janeiro. O efeito é puxado pela Receita Administrada da RFB, sobretudo devido ao aumento de Cofins sobre combustíveis e a entrada de recursos pela cobrança do saldo acumulado de fundos afetados pela MP das *offshores* e dos fundos exclusivos.
- Sobre a Receita Líquida do Governo - aquela que já desconta as transferências - notou-se um aumento de 3%, resultando em arrecadação R\$ 16,8 bilhões maior que em 2023.

Discriminação	Janeiro		Variação (2024/2023)		
	2023	2024	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	257.437,5	279.052,4	21.615,0	8,4%	3,7%
2. Transf. por Repartição de Receita	36.652,4	41.378,2	4.725,8	12,9%	8,0%
3. Receita Líquida (I-II)	220.785,1	237.674,3	16.889,2	7,6%	3,0%
4. Despesa Total	141.879,4	158.337,1	16.457,6	11,6%	6,8%
5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)	78.905,7	79.337,2	431,5	0,5%	-3,8%
Resultado do Tesouro Nacional	95.396,0	96.165,7	769,7	0,8%	-3,5%
Resultado do Banco Central	-3,4	-144,8	-141,5	-	-
Resultado da Previdência Social	-16.487,0	-16.683,7	-196,7	1,2%	-3,2%

- Como se pode ver acima, a despesa total teve crescimento de R\$ 16,4 bilhões, subindo 6,8%. Nesse sentido, **a despesa cresceu mais do que a receita.**
- Por essa razão, **o resultado primário, em termos reais, diminuiu -3,8%. Isto é, o resultado fiscal em janeiro foi pior do que o de janeiro de 2023 mesmo com todas as medidas de arrecadação.**
- A conclusão óbvia é de que um ajuste somente via receita, como já foi exaustivamente discutido no Congresso e na imprensa, é absolutamente insuficiente para estabilizar a dívida. O otimismo com o resultado da arrecadação não faz sentido quando se observa o crescimento da despesa.
- Mesmo que tenha se observado superávit, destaca-se que esse é o resultado tradicional para o mês de janeiro. Normalmente, a arrecadação em janeiro é bastante superior às despesas da União. Destacamos o fato no gráfico abaixo:

**Resultado Primário em Janeiro - Bilhões de Reais (valores constantes)**



# 4 EDUCAÇÃO

## Ministério da Educação sabota Novo Ensino Médio mas, depois de mais de um ano, ainda não tem proposta para a Educação

**Sucessão de erros e omissões na pasta surpreende até mesmo o mais otimista dos petistas; após um ano, há mais promessas vazias do que ações efetivas para a melhoria do ensino no Brasil**

Passados pouco mais de um ano de governo, permanece a inabilidade do Ministério da Educação em resolver sua alardeada pretensão de desfazer uma política pública aprovada pelo Congresso Nacional e posta em execução por estados e municípios brasileiros na condição de responsáveis pela garantia do Ensino Médio.





Em abril de 2023, com o ano letivo em curso e estruturado em 1.000 horas/aula, após ser obrigado a recuar da ideia amplamente ventilada de revogar o novo do ensino médio, coube ao governo federal abrir frentes de discussões com vários atores para mitigar o efeito do recuo de sua proposta inicial e justificar o encaminhamento de nova proposta de reforma ao Congresso Nacional.

Ao final, o [Projeto de Lei](#) foi enviado à Câmara dos Deputados faltando 57 dias para o final do ano legislativo de 2023. Em contrassenso, o mesmo governo que [retirou a urgência constitucional do projeto](#) em dezembro, quando estava pronto para pauta na Casa baixa, agora clama pela aprovação da medida ainda neste semestre.

Ao se pronunciar, quando da posse do deputado Rafael Brito (MDB-AL) na presidência da Frente Parlamentar Mista de Educação, o Ministro da Educação, [Camilo Santana](#), chamou a atenção para a necessidade de aprovação das alterações ao “Novo Ensino Médio” ainda neste primeiro semestre, visando a implantação das mudanças em 2025. E foi além: espera que o Legislativo aprove o texto sem alterações. Para tanto, tentará dissuadir o relator, deputado Mendonça Filho (União-PE), de seguir com as alterações propostas em seu relatório.



Na lógica do ministro, por ser uma proposta supostamente construída por [consenso de entidades](#), o Congresso deveria se limitar a aprovar o texto enviado e com urgência. Resolvendo, assim, um problema criado pelo próprio governo, quando afirmou que a base curricular já em fase final de implementação estaria equivocada e em desacordo com as necessidades de estudantes e professores do ensino médio.

Outro tema caro ao país na área da educação é a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), decênio 2024-2034, que o Congresso Nacional ainda aguarda o encaminhamento por parte do governo federal.

Pela Portaria GM/MEC nº 1.930, de 20/10/23, que dispõe sobre a Conferência Nacional de Educação - Conae, edição 2024, o prazo para a entrega do relatório final pelo Fórum Nacional de Educação ao ministro da educação expirou em meados de fevereiro. Resta saber quando a Presidência da República conseguirá submeter ao Legislativo projeto de lei contendo o PNE dos próximos dez anos. O atual PNE, decênio 2021-2024, tem vigência final prevista para junho deste ano.

Ou seja, outra iniciativa do Executivo que depende da aprovação do Congresso Nacional e que o MEC tem sido responsável pela demora na apreciação pelo Legislativo.

O MEC vem acumulando falhas. A mais recente foi no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) de 2024, quando o órgão divulgou resultados não homologados em 30 de janeiro. O ministro chegou a vir a público garantir que a falha seria corrigida no final da tarde do dia 31. Porém, a correção veio somente dois dias depois da falha, causando confusão e frustração em alunos que acreditaram ter passado para o curso e instituição inscritos.

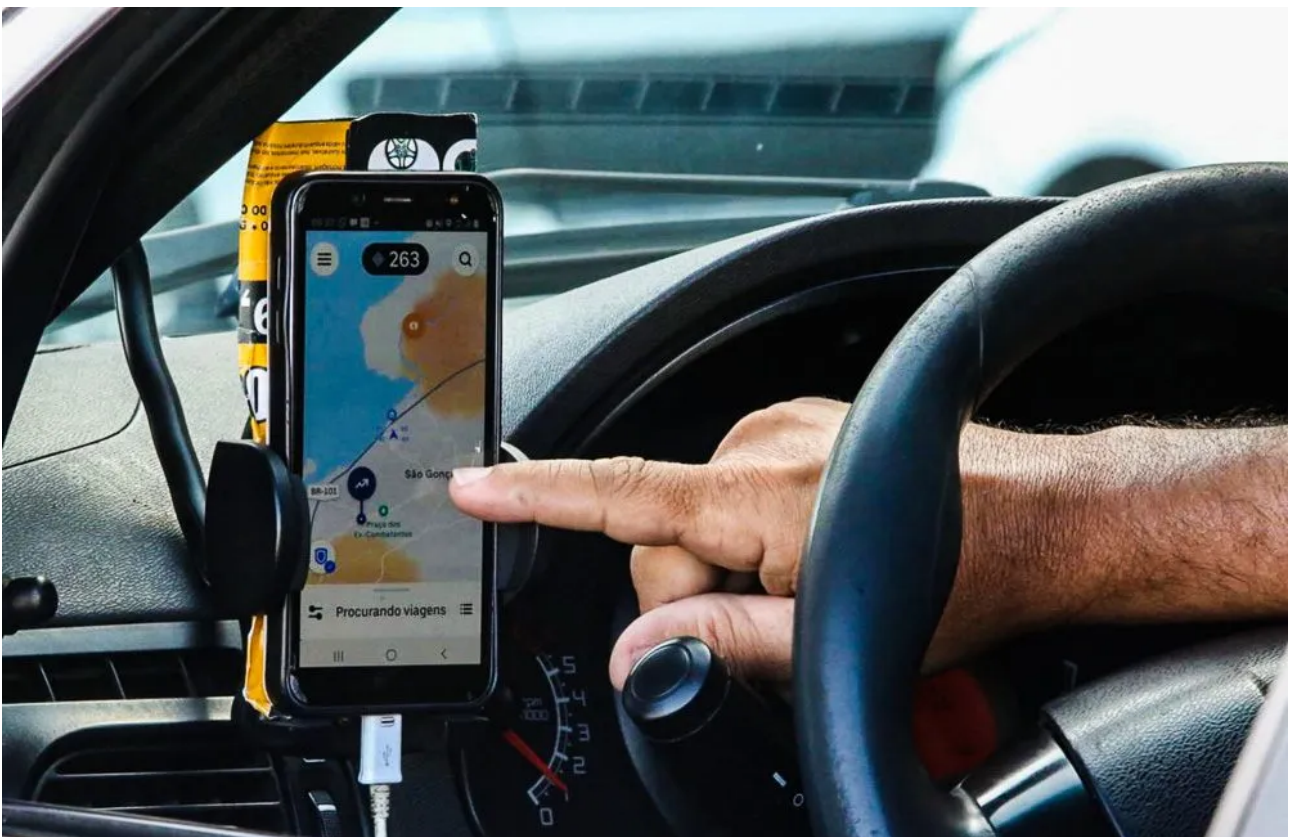
No Senado Federal, foi aprovado, no último dia 27, requerimento na Comissão de Educação convidando o ministro para prestar esclarecimentos sobre as falhas ocorridas na divulgação do Sisu.

**5****TRABALHO E EMPREGO**

## Governo quer obrigar motoristas de aplicativo a aceitarem sindicatos como seus representantes

**Emparedada, gestão do PT desiste de reconhecer vínculo empregatício entre condutores e empresas, mas articula ‘jabuti’ para fortalecer atuação de sindicalistas**

Após pressão de trabalhadores, decisões judiciais trabalhistas não reconhecerem o vínculo entre os motoristas e as plataformas de aplicativo, e ainda, reações da oposição ao governo, com apresentação de projetos de leis divergentes da intenção do presidente Lula, gestão petista recua e desiste de reconhecer vínculo de emprego entre motoristas de aplicativos junto às empresas de plataformas digitais.



O próprio Procurador Geral da República, Paulo Gonet, defendeu que não se deve aplicar as regras da CLT para as relações de trabalho por aplicativos digitais: “Não se pode comparar prestação de serviço de trabalhador da indústria do século passado com a intermediação do trabalho feito pelas plataformas”

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou que em breve formalizará proposta estabelecendo regime de trabalho autônomo. Em média, com o pagamento de R\$ 32,09 por hora aos motoristas - sendo R\$ 8,02 referentes a remuneração e R\$ 24,07 referentes ao ressarcimento dos custos pela prestação dos serviços. Com alíquota de 27,5% de contribuição ao INSS, sendo 7,5% recolhidos pelos motoristas e os 20% restantes, pelas empresas, a contribuição incidirá sobre o valor de R\$ 8,02, e não sobre a remuneração mínima total dos motoristas.

**Apesar do recuo, a Federação Brasileira de Motoristas de Aplicativos (Fembra-pp), que representa 20 associações de motoristas por aplicativo no país, apresentou declaração de insatisfação:**

“

Considera que a minuta apresentada é prejudicial aos motoristas por aplicativos, que já enfrentam uma situação de precarização e vulnerabilidade”.

“Os ganhos precisam levar em conta o quilômetro rodado e o tempo, trânsito, distância e tempo de espera, que são fatores que influenciam diretamente na renda dos trabalhadores”.

“Além disso, o pagamento por hora pode incentivar a jornada excessiva e a exposição a riscos de acidentes e violência, bem como manipulação do algoritmo limitando os ganhos dos motoristas”, completou.

A Federação de Motoristas de Aplicativos não fez parte dos grupos de trabalho criados pelo governo no ano passado para regulamentar as condições de trabalho dos motoristas. Os trabalhadores foram representados apenas por sindicatos e cooperativas alinhadas ao governo.

A Fembrapp também se manifestou contrária à representação sindical dos motoristas e disse que “irá trabalhar, junto ao Congresso Nacional, para que os deputados e senadores garantam a proteção social e os direitos dos trabalhadores do setor”.

A manifestação da federação também ocorreu porque o governo pretende estabelecer que o trabalhador por aplicativo deve ser representado por entidade sindical da categoria profissional, assim como as empresas de transporte individual por aplicativos devem ser representadas pelos sindicatos patronais.

Mais uma vez, o governo tenta incluir 'jabuti' em tentativa de resolução de questões trabalhistas, pretendendo envolver sindicatos na representação para decisões tão importantes, mesmo quando os empregados apresentam insatisfação e buscam melhores representações, com o simples objetivo de transferências de renda do trabalhador para os caixas dos sindicatos.



# FIM DO SAQUE-ANIVERSÁRIO

**EVAIR** DE MELO | DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

## Governo Lula penaliza os mais pobres com fim do saque-aniversário do FGTS

**Junto com a medida, também será extinta a modalidade de empréstimo que usa o saque-aniversário como garantia, única opção de crédito para trabalhadores negativados**

O Ministério do Trabalho e Emprego anunciou o lançamento da versão digital do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS Digital), a qual entrou em vigor no dia 01 de março de 2024. A ferramenta substituirá o sistema Conectividade Social/Caixa, usado anteriormente pelas empresas para realizar o envio de informações do FGTS dos empregados.

Além do anúncio do FGTS Digital, o ministro Luiz Marinho também divulgou que o projeto de lei que visa acabar com o empréstimo com garantia no saque-aniversário do FGTS, assim como a opção de saque-aniversário, deve ser enviado ao Congresso Nacional em março. O envio do projeto ao parlamento foi adiado sucessivas vezes porque há, pelos parlamentares, alta resistência em acabar com a medida.

A modalidade de antecipação de saque-aniversário do FGTS foi criada no governo Jair Bolsonaro, vigorando desde 2020. Ela consiste na possibilidade da realização, pelo trabalhador, de um 'empréstimo' com taxa de juros de apenas 1,79%, sem consulta aos órgãos de proteção ao crédito, utilizando como pagamento o próprio depósito do FGTS, sem comprometimento de renda mensal do empregado.

Criado juntamente com a antecipação do saque, o saque-aniversário permite ao trabalhador que saque uma parcela do FGTS anualmente, no mês do seu nascimento, sem o pagamento de juros ou custos adicionais. Isto porque os depósitos realizados nas contas do FGTS tem rentabilidade de apenas 3% ao ano + Taxa Referencial (TR), ou seja, quase metade do rendimento da poupança.

Apesar de contar com melhorias tecnológicas, Marinho anunciou que a nova plataforma terá uma rubrica para que o trabalhador realize empréstimo consignado diretamente com os bancos, sem consulta ao empregador, apenas com os descontos diretamente na folha de pagamento. Neste caso, os valores a título de FGTS não seriam utilizados.

O fim do saque-aniversário pode ocasionar um maior endividamento dos trabalhadores, tendo em vista que um número cada vez maior conta com o saque-aniversário como complemento de renda. Em dezembro de 2023, 34,5 milhões de trabalhadores aderiram ao saque-aniversário. O aumento também ocorreu de forma relevante no número de trabalhadores que realizaram operações de crédito com a garantia de Antecipação do Saque-Aniversário do FGTS, alcançando 19 milhões em dezembro de 2023, sendo o montante total de saques, até março de 2023, de aproximadamente R\$ 38,6 bilhões, segundo dados da [Caixa Econômica Federal e Ministério da Fazenda](#).

O Governo Federal não garantirá a melhoria no mercado de crédito, caso as mudanças ocorram. O que ocorrerá é a restrição às opções da população no acesso a recursos emergenciais, com o consequente pagamento de juros e correção monetária gigantescas taxadas pelos bancos. Além disso, a proposta do governo está direcionada aos descontos mensais no holerite do trabalhador, havendo assim um comprometimento de renda mensal para as famílias brasileiras.



O não acesso ao crédito com garantia do saque-aniversário pode produzir uma realocação nas dívidas das famílias para modalidades com taxas de juros mais elevadas”.

**Associação Brasileira de Bancos (ABBC)**

A Associação também realizou um levantamento que constatou que 75% do público tomador desse empréstimo é negativado, tendo acesso a crédito apenas por meio da antecipação do saque-aniversário, ou seja, os bancos e as empresas de crédito pessoal deixariam de pactuar os empréstimos e os trabalhadores estariam sem quaisquer valores disponíveis em caso de emergências.

O Governo petista, que se autointitula PRÓ-TRABALHADOR, se mostra mais uma vez em lado oposto, tomando decisões que podem ocasionar o endividamento da população.